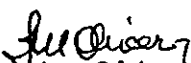
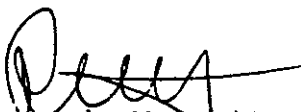


Ata da Trigésima Terceira Assembléia do CONANDA, realizada no dia oito de maio de 1996.

As catorze horas e vinte minutos do dia oito de maio de mil novecentos e noventa e seis, na sala 310 do Edifício Sede do Ministério da Justiça iniciou-se a Trigésima Terceira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Presentes, os Conselheiros Raymundo Mesquita - Vice-Presidente (CNBB), Elizeu Calsing (MPO), Carlos Maranhão (MPAS), Francisca Silva (MNDH), Charles Franke (AMENCAR), Ana Ruth Rezende (ANAPAC), Maria Eneide Teixeira (MNMNR). Em virtude de ausências justificadas dos representantes da SBP, do MEB e da Fundação Fé e Alegria e da ausência não justificada da FNAPAE foram convocados e estiveram presentes Clodoveo Piazza (INDICA), Eliana Atayde (ANCED), João Helder (Visão Mundial) e Valdete Martins (CFESS). Estiveram presentes representando o MEC, Paula Horta Barbosa; o MRE, Ana Maria Bierrembach e o MJ, Nelson de Moraes. Estiveram ainda presentes, os Conselheiros suplentes Rosber Almeida (FCC) e Lizair Guarino (FNP). Presentes também na Assembléia, os presidentes dos Conselhos Estaduais do Piauí, Francisco A. Silva; de Pernambuco, Ademair de Oliveira; de Alagoas, Ana Maria Willaweit e de Goiás, Joel de Sant'Ana e ainda representantes dos Conselhos do Rio Grande do Sul, Maria Catarina de Grielbler; de São Paulo, Eloiza Nocentini; do Rio Grande do Norte, José Carlos de Souza; do Rio de Janeiro, Lúcia Maria Xavier; da Bahia, Celeste Pereira Santana e Mara Ding, Fórum Nacional Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente. Abrindo os trabalhos o Vice-Presidente, Raymundo Mesquita saudou os presentes e apresentou a nova Secretária Executiva. Em seguida, submeteu à plenária tendo sido aprovada a seguinte pauta: Abertura dos trabalhos; leitura, discussão e aprovação da Ata da 32ª Assembléia; aprovação de data para reunião conjunta CONANDA e CNAS, proposta para o dia 11/05/96; leitura, discussão e aprovação das recomendações da Assembléia Ampliada sobre o Trabalho Infantil e os seus encaminhamentos; avaliação do II Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais; informes e notícias; apresentação e discussão das propostas de emendas à IDO; e apreciação de Moções apresentadas no II Encontro. Dando continuidade aos trabalhos a palavra foi dada ao representante do Conselho Estadual de Goiás que fez a proposta de desencadear uma campanha nacional de oposição ao Projeto Valéria Frota e pela manutenção do art. 228 da Constituição Federal. O Vice-Presidente propôs que o CONANDA atue junto à Frente Parlamentar da Criança, à Comissão de Direitos Humanos e se articule com o Departamento da Criança e do Adolescente na divulgação do material de repúdio ao referido projeto, o que foi aceito pelos presentes. Discutida a data proposta para a reunião entre o CONANDA e o CNAS ficou decidido que esta deveria ser precedida de uma reunião preparatória conjunta, para definição da pauta, razão pela qual foi proposto sua transferência para o mês de agosto, quando da realização da 36ª Assembléia Ordinária do CONANDA. Foram designados como representantes do CONANDA para a reunião conjunta: Nelson de Moraes (MJ); Valdete de Barros Martins (CFESS); Francisca Silva (MNDH) e Elizeu Calsing (MPO). Os conselheiros Carlos Maranhão (MPAS) e Elizeu Calsing (MPO) foram incumbidos de articular a reunião conjunta preparatória. Foi sugerido pelo Vice-Presidente e aceito pela plenária que a leitura, discussão e aprovação das recomendações da Assembléia Ampliada sobre o Trabalho Infantil fosse transferida para a Assembléia Ordinária de junho. O Conselheiro Charles Franke foi designado para preparar o relatório síntese. Foi agendada reunião do grupo sobre Trabalho Infantil para o dia 23/05, inclusive para apreciação do relatório síntese. O conselheiro Piazza propôs a inclusão do tema Trabalho Educativo, bem como, a integração do representante do MTB ao grupo. A plenária foi informada que a Secretaria de Comunicação Social do MJ não enviou aos Estados, o informe sobre a citada Assembléia Ampliada. Com relação a articulação interministerial (MJ, MTB, MPAS, MEC, GAB CIVIL) sobre o Trabalho Infantil, o conselheiro Mesquita afirmou que ela já existe, sob a coordenação do Gabinete Civil, o que

foi ratificado pelo conselheiro Carlos Maranhão que informou que o grupo vem se reunindo semanalmente. O representante do MJ esclareceu ainda, que este grupo interministerial é para atuação mais imediata, para mostrar resultados concretos, dentro da linha do Governo de extinção do trabalho infantil, trabalho forçado e trabalho escravo. Prosseguindo, passou-se a avaliação do II Encontro Articulado do CONANDA com os Conselhos Estaduais e o primeiro item abordado foi o não pagamento de passagens e diárias pelos Estados, aos conselheiros não-governamentais e, em casos particulares, também aos conselheiros governamentais. Foram sugeridos os seguintes encaminhamentos: recomendação do Presidente do CONANDA aos Governos Estaduais, tendo em vista que os conselheiros governamentais e não-governamentais são nomeados por Ato do Poder Executivo, para prestação de serviço público relevante; consulta ao Tribunal de Contas, acompanhada de uma exposição de motivos, objetivando criar jurisprudência, a representante de Alagoas, Ana Maria Willoweit foi designada para elaborar a exposição de motivos; utilização da rubrica de colaborador eventual e ainda, que o DCA seja informado das dificuldades sobre a questão no Estado, para negociar com o mesmo, quando da implementação dos Planos Estaduais, que só serão apreciados pelo DCA/MJ, se previamente aprovados pelos Conselhos Estaduais. Foram ressaltados os seguintes aspectos positivos do II Encontro: importante espaço político ocupado pelo CONANDA; fortalecimento político dos Conselhos Estaduais; eficiência das coordenações das plenárias; alto nível dos questionamentos dos Estados; grupos de trabalhos produtivos; fortalecimento da co-responsabilidade entre as áreas governamental e não-governamental; apresentação dos documentos contendo as diretrizes das ações para criança e adolescente, pelos órgãos governamentais; contribuições relevantes dos Estados e a condução da atual gestão classificada como muito boa. Como aspectos negativos foram apontados: a programação de atividade noturna de trabalho e ausência de um momento de confraternização. A Assembléia referendou as seguintes propostas aprovadas pela plenária do II Encontro: transferência da 2ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, para 1997; a realização do III Encontro Articulado, em novembro de 1996 e as Moções de Repúdio ao Projeto Valéria Frota e ao Massacre de Carajás. Foi aprovada a ampliação da Subcomissão de Articulação, coordenada pelo conselheiro Charles Franke e constituída pelos seguintes conselheiros: Elizeu Calsing (MPO); Carlos Maranhão (MPAS); Raymundo Mesquita (CNBB); Paulo Quermes (MEB); João Helder (Visão Mundial) e pelos representantes do MEC, José Aluizio Lima e do MS, Lucimar Rodrigues Coser. A seguir o conselheiro Rosber de Almeida apresentou propostas de emendas à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), discutidas as emendas e a nova redação foi decidido que o referido conselheiro, com apoio técnico do INESC, faria a elaboração final e o encaminhamento ao Congresso Nacional. E por último, a plenária aprovou o apoio do CONANDA ao lançamento do livro, "A Arte de Governar Crianças", solicitado por Jussara de Goiás, do INESC e programado como um ato político em favor da criança, para o dia 12 de junho. Dada a exigüidade de tempo, a leitura e aprovação da Ata da 32ª Assembléia Ordinária foi transferida para a próxima assembléia deste Colegiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.


Isa Maria Oliveira
Secretária Executiva


Raymundo Mesquita
Vice-Presidente